

Contra a leitura de Charles Kahn da “Apologia de Sócrates”, de Platão, como documento histórico

Antonio José Vieira de Queirós

Resumo

A tentação entre os comentadores de Platão de exagerar o grau de historicidade de sua Apologia de Sócrates parece acometer tanto os de viés mais tradicionalista até os mais dispostos a considerar como relevante o teor ficcional dos diálogos platônicos em geral como, por exemplo, Charles Kahn. Mas até mesmo esse autor tão representativo dessa última tendência exegetica mantém ainda esperanças de encontrar, pelo menos na Apologia, um retrato fiel de Sócrates e de sua defesa no tribunal. É contra esse tipo de leitura da Apologia como mero documento histórico na forma tentada por esse autor e por tantos outros que se estrutura o presente artigo.

Palavras-chave: Platão; Intertextualidade, Ficção filosófica; Apologia; Diálogo socrático

Abstract

The temptation among Plato’s commentators of exaggerating the Socrates’ Apology historicity degree seems to assault both the ones with more traditionalist views on the matter and even those more disposed to consider relevant the fictional tenor of the platonic dialogues in general , as for instance Charles Kahn. But even this author, so representative of this exegetic tendence, still nurses hopes of finding in the Apology, at least, a Socrates’ and his defense’s faithful portrait in court. It’s against this Apology’s kind of reading as mere historic document tried by this author e by so many others as well that is set the presente article.

Key words: Plato; Intertextuality; Philosophical fiction; Apology; Socratic dialogue

Alguém¹ já disse que o mais importante na leitura de Platão não é tanto acompanhar e apreender o significado de suas teses e argumentos, mas saber o que está se passando nos seus diálogos, cuja forma literária instaura certo regime de anonimato e incerteza tornando quase inapreensível seu real pensamento, já que fala por vários personagens, sobretudo por Sócrates.

E, é exatamente por tais razões de ordem dramática, ou temática que nem sempre seja absolutamente necessário que o protagonista da maioria de seus escritos guarde perfeita coerência entre o que afirma em diálogos diferentes.

¹ É como resume Michael Stokes : “A verdade é que o texto de Platão fica mais difícil cada vez que se retorna a ele e as dificuldades não são as de seguir o significado, no sentido estrito, mas de entender exatamente o que está acontecendo”.

Por isso, Charles Kahn, com muito acerto, como de resto também outros comentadores, credita quase todo o conteúdo e evidentemente o arcabouço dramático dos diálogos exclusivamente a Platão, como autor de obra literária – os *lógoi sokratikoi*² - e não a um hipotético Sócrates histórico.

Entretanto, quando se trata de um único e bem determinado escrito platônico - a *Apologia* de Sócrates – até mesmo Kahn recai nas teses evolutivistas³ dos comentadores mais tradicionais de Platão (K.F. Herman , Vlastos, Cornford , Guthrie entre outros), que tendem a dividir o *corpus platonicum* num grupo inicial de diálogos em que o autor meramente reproduziria o pensamento de Sócrates e noutro , em que as teses próprias de Platão estariam melhor explicitadas.

Nesse sentido, nos interessa discutir a reiterada crença de Kahn de que a leitura biográfica e historicista dos diálogos platônicos, embora considerada por ele, em geral, equivocada, deveria, ainda assim, ter reconhecida sua adequação (propriedade) e veracidade pelo menos no que concerne à *Apologia*, “que, afinal de contas não é um diálogo e pode ter precedido à criação da forma dialógica”. (KAHN, 1981, p.307)

Vamos, então, resumir os argumentos de Kahn contra a interpretação do texto da *Apologia* como escrito basicamente ficcional (ou, pelo menos, tão ficcional quanto qualquer diálogo socrático):

1)O contraste formal entre a *Apologia* (discurso forense) e os diálogos (peças de ficção).

2)O fato de a *Apologia* ser um relato de um evento público real, o julgamento de Sócrates, com centenas de pessoas presentes, inclusive Platão, enquanto os restantes diálogos são “conversas privadas quase todas fictícias”.

2 Até Aristóteles, em Poética, 1447b, abona essa sua visão, repleta de bom senso, de que os *lógoi sokratikoi* nada seriam senão um gênero literário muito em voga nos anos que se seguiram à morte de Sócrates:

“ Mas a arte que apenas recorre somente à palavras nuas (“psiloi lógoi”, prosa) ou metrificadas (versos) e, neste caso, seja combinando uns com os outros, seja servindo-se de uma única espécie de metros, vem a estar inominada (anónimov) até agora.

Com efeito, não poderíamos denominar de modo comum os mimos de Sófron e Xenarco e os diálogos socráticos, casos em que se faz imitação...”.

3 Kahn seria um intérprete unitarista de Platão, dos que atribuem ao filósofo a concepção e organização de toda sua obra dialógica bem como a maior parte das teses ali postas na boca do personagem Sócrates. Costumam por isso, os unitaristas, ter mais abertura para a dimensão literária dos escritos platônicos. Já os evolutivistas costumam admitir a existência de teses constantes sobretudo dos diálogos iniciais como pertencentes a um Sócrates histórico, atribuindo a Platão somente as teses expostas nos diálogos tidos por posteriores à República.

3)A presença de Platão na cena do julgamento de Sócrates é tomada por Kahn como índice seguro de sua não-ficcionalidade porque, ao contrário dos demais diálogos, “esse evento real (foi) testemunhado pelo autor”.

4)Em consequência de 2) e 3), Platão não teria, em relação à *Apologia* aquela “quase total liberdade de imaginar tanto a forma como o conteúdo de suas conversações socráticas”.

5)O fato de a *Apologia* ter sido composta por um membro da audiência permitiria que “fosse considerada como um documento quase-histórico”.

6)A suposição da necessidade de “apresentar um retrato de Sócrates na corte que pudesse ser conhecido como autêntico”, já que Platão teria “composto o discurso para defender a memória de Sócrates e mostrar ao mundo que ele foi injustamente condenado”.

7)A crença de que, em virtude de “constrangimentos externos” (todos os itens prévios, exceto o primeiro), a “elaboração literária” de Platão, conquanto presente, deve ter cedido o passo ao interesse documental, o que “ torna sua *Apologia* o mais confiável de todos os testemunhos a respeito de Sócrates”.

8)A conclusão de Kahn é que “ se podemos saber algo com razoável probabilidade acerca da concepção filosófica do próprio Sócrates devemos encontrá-lo na *Apologia*”⁴.

Expostos assim, articuladamente, os argumentos de Kahn, vamos tentar estabelecer o contraditório, também item por item.

O primeiro deles, argumento pela singularidade da *Apologia* calcada na forma não-dialógica em que estaria vazada – de discurso forense –, não parece se sustentar muito bem.

Isso porque, embora uma peça retórica, pronunciada num tribunal, a *Apologia* já esboça um diálogo no interior do discurso de Sócrates, em que se sobressai até um ensaio de elenco, relativamente longo, aplicado pelo filósofo em seu acusador, Meleto, que vai se estender de 24c9 até 28 a.

E há, além disso, na *Apologia*, a incidência de monólogos, ou melhor, de diálogos consigo mesmo, como em 21b2-d8, sempre em linguagem direta, como em qualquer diálogo.

⁴ Todos esses argumentos de Kahn, embora não expostos dessa forma articulada, se encontram in “Plato and the Socratic Dialogue”, op. cit. nas págs. 88-89.

Isso, sem contar várias pequenas ocorrências de discurso direto para veicular perguntas (e respostas) retóricas, como em 19b3, 20b3-d6, 21b4, 28b5, 29c7-e1, 33c, 34d3-4, 36b3, 36d, 37b7d2, 37 e3-4, 41 a.

Várias vezes, além disso, interpela a multidão – “*mé thorubéin*” (não vos amotineis! ou não façais tumulto!) - para acalmá-la.

Além disso, Sócrates nunca deixa seu papel de questionador incansável até mesmo numa hipotética vida no Hades (41 b3-c10)cogitada por ele em seguida à sua já prolatada condenação.

O cerne dialógico da *Apologia*, de Platão, também não escapa à Diskin Clay (1994, p.38, n.33):

A preferência de Sócrates por um diálogo em que ele pergunta as questões e seu interlocutor é manobrado para uma posição de respondê-las é o “procedimento costumeiro” do filósofo na *Apologia* de Platão (19c) e é ilustrada na própria *Apologia* por interrogações de Sócrates a Cálias, Apolo e Meleto (20 a-c, 21b, cf. 23b e 24c-27e), bem como pela “conversa” que Sócrates mantém com os membros do júri que votaram para absolvê-lo(39e)” .

Nem a Leibowitz:

Se é assim, Platão deve encarar o conflito entre Sócrates e Atenas como a melhor introdução, não apenas para Sócrates, mas para o próprio filósofo como tal. Além disso, Sócrates deixa claro que suas palavras não são dirigidas apenas ao júri: ele espera transcender à sala do tribunal, ele usa a ocasião do julgamento para conduzir sua única “conversa”, como ele chama, com a cidade como um todo (37 a6-7,cf. com *Górgias* 474 a7-b1)

(...)”Daí porque não se dirige ao júri da forma costumeira como “juízes”, mas com mais frequência, como “atenienses”.”

(...)”O título do diálogo já é ambíguo: pode ser tanto a defesa feita por Sócrates como a defesa feita para Sócrates (por Platão)⁵.

Essa ambiguidade remete à questão do grau de historicidade da *Apologia*.”

Igualmente, W.J.Prior (2001, p.48), manifesta ceticismo quanto à historicidade da *Apologia*:“Minha própria visão é que a intenção primária de Platão na *Apologia* não é

5 O autor se refere ao título em grego desse escrito de Platão- “*Apología Sokrátous*”, em que “*Sokrátous*”, estando no genitivo, pode indicar tanto autoria (por Sócrates ou de Sócrates, genitivo subjetivo) quanto destinação, a modo de um objeto indireto (genitivo objetivo, para Sócrates

histórica, mas filosófica em seu caráter: ele visa a defender a vida filosófica, e Sócrates é o único exemplar dessa vida”.

Por outro lado, sua conduta e fala sobranceiras (*megalória*) no tribunal também sugerem uma despreocupação com a eventual condenação pouco compatível com um discurso de defesa forense e sim com uma elaborada composição literária, como sugere Leibowitz (2010, p.116):

Sócrates aparentemente concebeu [planejou, tramou, inventou] causar [realizar, por em marcha, encenar] seu próprio processo, como indica na Apologia, ao dizer que ““seus problemas presentes não surgiram espontaneamente (por acaso)(41d3). Platão até mostra parte de sua invenção (trama). (Menon 90 a1-5, 91b7-c5,91d2-92 a2, 92b1-4,94b9, 94d3-6, 95 a2-4, 94e3-95^a1, 99e3, 100b7-c2,99e3-4, 99c4-5, 99c8,99d5,99e6, 100b7-c2,99e1-2 e Górgias 521c-522d).”

Exemplo do *Mênon*, de provocação a seu futuro acusador, Ânito:

Ânito- Sócrates, parece-me que levemente falas mal das pessoas. Em realidade, eu te aconselharia, se te dispões a dar-me ouvidos, que tenhas cuidado. Pois talvez em qualquer outra cidade também é mais fácil fazer mal aos homens do que bem, mas nesta aqui, decididamente <é assim>. E creio que tu mesmo também ,<o> sabes.

Sócrates – Mênon, parece que Ânito está irritado, e não me admira nada! Pois crê que eu, em primeiro lugar estou denegrindo esses homens, em segundo lugar, julga que também ele é um deles. Mas ele, se algum dia souber o que é falar mal, cessará de irritar-se, agora porém ele o ignora. (Mênon, 94e3-95 a7)

A condenação, de fato parece perseguida e planejada por Sócrates: nesse sentido é invenção sua⁶.

Assim, a *Apologia* é tudo menos o que seu nome indica: não é peça de defesa e sim de ataque e desmascaramento, seja aos atenienses, seja às suas acusações derivadas da ignorância e duma visão de mundo oposta à de Sócrates.

Se o espetáculo de suas refutações corrompe a juventude e se seu repúdio à teologia amoral, ilógica e contraditória de seus contemporâneos é impiedade, Sócrates

⁶ Em 24 a9, Sócrates se refere a isso com muita ambiguidade: “Eu quase sei que a eles estou me tronando odioso, o que também é prova de que estou dizendo a verdade e de que essa é a minha calúnia....O uso aqui do pronome possessivo “minha” (calúnia) em vez da ,mais natural preposição, (calúnia) “contra mim”, referindo-se à imputações caluniosas sobre sua pessoa pode dar a entender que tais calúnias , assim apresentadas pelo réu, seriam “calúnias compostas por mim”(Sócrates)...Isso porque o falante de grego ático, ao contrário de nós modernos, é extremamente econômico no uso do possessivo reservando-o a apenas os casos em que a relação de pertença ou posse é clara...

então merece (e deve até perseguir) sua condenação que maximiza no mais alto grau a radicalidade insuperável de sua divergência com a cidade.

Na verdade, essa condenação é transposta por Platão em uma condenação da cidade.

E assim Leibowitz completa seu raciocínio (op. cit. p.115) :

No Mênon, Sócrates se esforça em provocar Ânito (92 b1-4), defendendo os sofistas, negando que a cidade ou seus líderes políticos possam transmitir virtude aos jovens, desprezando como “os mais vis atenienses” os grandes líderes da democracia e implicando que Ânito, em relevo social e competência política, está até abaixo deles.

Como se vê no Górgias, Sócrates sabe há décadas que um homem pode ser morto em Atenas por dizer tais coisas (521c-522d) e caso tenha se esquecido, Ânito em pessoa o relembra (94e3- a1).

Até Mênon no fim do diálogo o adverte da ira de Ânito ao que Sócrates replica:

“Isso não me preocupa” e recomenda a Mênon que o acalme persuadindo-o de que os políticos ”não são racionais” e nada sabem das coisas de que falam, mas às vezes guiam a cidade corretamente graças à inspiração divina (99c4-5, 99c8, 99d5, 99c6, 100b7-c2).

O principal acusador vem a ser, não por acaso, Ânito (18b3, 29b9-c3, 30b7-8, 31 a5).

Desse modo, dificilmente se poderá sustentar uma radical diferença de formato literário entre essa suposta obra inicial de Platão e as que se seguiram, mas antes, poder-se-ia admitir, no caso da *Apologia*, para usar o próprio conceito hermenêutico forjado por Kahn, a utilização de uma ‘prolepse’, só que de uma “prolepse formal”, de uma antecipação, de uma amostra do que viria a se constituir depois na forma dramática habitual das conversas com Sócrates.

É possível até que esse primeiro escrito tenha sido concebido como um prólogo à obra.

E representa muito provavelmente uma “transposição ”⁷ das peças de retórica judiciária de seu tempo, tanto quanto alguns dos outros diálogos seguintes podem ter

7 Esse conceito de “transposição”, de grande serventia operacional na exegese de Platão, foi formulado por A. Diès (op. cit) e significa “grosso modo”, uma apropriação ou manipulação platônica de estilos, práticas discursivas e doutrinas , transfiguradas estrategicamente segundo interesse filosófico específico.

transposto práticas retóricas de cunho erístico (tais como o *Hípias Menor*, *Protágoras* e o *Eutidemo*).

Vale a pena, a propósito, ouvir o próprio criador dessa noção de “transposição platônica”, no que concerne à sua aplicação na *Apologia*. Com a palavra, Diès (1972, p. 408-409) :

Uma ocasião bastante natural se ofertou a Platão de utilizar diretamente os recursos que ofereciam a ele sejam os manuais de retórica sejam os hábitos do discurso judiciário: é a Apologia de Sócrates. Platão a deixou escapar? Eu não creio...”(...) Tome-se , por exemplo, o exórdio da Apologia e releia-se, no excelente Essai de O. Navarre , as principais regras do exórdio judiciário.

Diès reproduz algumas, identificadas por Navarre no discurso de Sócrates no tribunal:

O personagem que demanda junto aos heliastas é aquele de um simples particular, ignorante como eles...Em consequência, não há exórdios em toda a coleção de demandas áticas, onde o demandante não deplora sua inexperiência de tribunais e de palavra, insinuando , ao contrário, que seu adversário é um orador hábil e um consumado chicaneiro. (NAVARRE, *op.cit.*, p.409-410)

Outro lugar comum nas cortes de justiça à época, é insistir em “um paralelo entre a condição dos acusadores e a dos acusados, em que se deixe patente as desvantagens deste último” (*Ibid.*, p.410) .

Desse modo, aduzimos, a semelhança da *Apologia* com os costumeiros discursos judiciários em geral parece ser intencional, o que vem reforçar a impressão de sua natureza ficcional: é apenas aparentemente real.

Mas, em nossa opinião, é importante para Platão que seja assim, de forma que a busca da verdade deva partir sempre da aparência, da sua denúncia como o “falso semelhante’ do verdadeiro.

E, de mais a mais, se a *Apologia* é documento histórico em que Sócrates é a figura reverenciada como um filósofo sempre em busca da verdade como se explicaria que mentisse tão insistente e abertamente em sua defesa no tribunal?

Como quando alega não conhecer (e, portanto não poder utilizar) os recursos persuasivos e as figuras de linguagem da Retórica (poliptotos, hipérbatos, perguntas retóricas, anástrofes, litotes, assonâncias aliterações, etc.), nem tampouco o linguajar

forense, uma vez que, segundo ele, só aos 70 anos é a primeira vez que está presente num tribunal (“*dikastérion*”, *Apologia* 17 d2)

E há inúmeras passagens em que seu domínio da arte da persuasão e seu uso exímio de gorgianismos retóricos ficam evidentes como, por exemplo, em 19 b2, 22 d4, 28 a2, 28 b2, 29 b9 e 31 a3 etc.

Por vezes Sócrates mente no preciso momento em que proclama estar dizendo “toda a verdade”, como em 24 a6.

Outra estranheza, dentro de um mínimo padrão de coerência esperável de um discurso forense é que Sócrates, depois de ter narrado o polêmico episódio do oráculo acerca de sua própria sabedoria como o marco originário de sua “missão” dialética venha a vincular tal missão aos mais variados meios possíveis de contato com o divino: “A mim, fazer isso, como afirmo, me foi ordenado pelo deus a partir de oráculos, de sonhos e por todo maio pelo qual também alguma outra participação divina sempre ordenou a um home fazer seja o que for” (33 c5-7).

Não faltam também, na *Apologia*, sinais mais sutis de se estar diante de um produto mimético muito mais que diante duma reportagem histórico-filosófica. A incidência de expressões do tipo “como se”, “mais ou menos assim”, “de algum modo”, “talvez”, “um certo Sócrates”(23 c9) denotam uma deliberada intenção de indefinição e indeterminação atípicas num tribunal ateniense da época, em que, numa audiência de autor e réu antes do julgamento ter lugar (chamada *anákrisis*), ambas as partes tinham de declinar todas as provas testemunhais, documentais e periciais de que dispunham para apresentação em juízo.

Isso significa que, no momento do julgamento, não poderia haver surpresas (tipo testemunhas imprevistas, documentos não previamente examinados por todos, etc.): tudo era ensaiado como num “script” de espetáculo teatral.

Nesse sentido, causa espécie a abundância de elementos verbais de indeterminação e de incerteza sobre coisas importantíssimas como os próprios termos da acusação, que nunca poderiam ser vagamente aludidos como o faz Sócrates.

E, em numerosas passagens, esses sinais de incerteza sobre o que se está dizendo ou fazendo na corte são aportados como verdadeiros índices de ficcionalidade (assim é em 19 b3, 21 b9, 23 b8, 23 c9, 24 b8, 24 b9, 28 c8, etc.).

Nem são raras também as vezes em que o filósofo se serve de termos técnico-jurídicos de seu tempo com admirável propriedade dando mostra de sua familiaridade

com práticas e procedimentos tribunálícos chegando até mesmo a corrigir e informar melhor Meleto a esse respeito: 18 c8, 19 b3, 18 d7, 22 b1, 26 b7, 29 c8 etc.

Outra situação altamente improvável num verdadeiro julgamento na Atenas do séc. IV a.C. é a de um réu fazer como Sócrates e contribuir para reforçar as acusações que já pesam contra ele no libelo com outras ainda mais graves e mais difíceis de responder.

Sim porque, para Sócrates, além das acusações formais trazidas em juízo por Ânito, Meleto e Lícon contra si, o filósofo indica haverem outras muito mais relevantes e mais antigas: “Retomemos, então, desde o princípio, qual é a acusação a partir da qual a minha⁸ calúnia surgiu, na qual, também se fiando, Meleto ajuizou esta ação criminal.”

De qualquer forma, o que parece é que o Sócrates da *Apologia* se serviu intencionalmente do formato das peças de retórica forense, mas não de seu conteúdo e objetivo usuais: a absolvição do réu.

Seu propósito parece não só o de acusar seus acusadores de descuido com a virtude e com suas almas e incitá-los a uma vida filosófica, mas também tentar reverter o dano produzido pelos primeiros acusadores em suas almas e não, como seria de esperar, rebater as acusações dos atuais acusadores.

Essa empreitada do Sócrates de Platão se desdobra nos diálogos subsequentes até que o golpe final contra os poetas seja assestado na *República* e repercuta, posteriormente, no *Filebo* e *Leis*.

Mais uma razão se vislumbra aqui para não se levar a sério o caráter documental da *Apologia*, de pretensão discurso forense é que, como percebe Leibowitz (*op. cit.* p.47): “A dicção de Sócrates é bem ambígua quando menciona a função de sua defesa”, como vemos na seguinte fala: “Eu gostaria que isso (a remoção da calúnia das almas) assim ocorresse se for de algum modo melhor não só para vós com também para mim, e que eu conseguisse algo grande fazendo minha defesa” (18 e5-19 a7).

Em nenhum momento ele fala em conseguir absolvição, que seria o resultado óbvio a ser pretendido por qualquer réu.

O estado das almas após o julgamento e a consecução de algo importante por Sócrates é que interessam. Ora, isso é o próprio objetivo dos diálogos platônicos como um todo e não de uma peça de defesa *stricto sensu*.

8 Novamente a dicção suspeita de ficcionalidade: “minha calúnia” ao invés de “calúnia contra mim”.

Daí, meu entendimento de que a *Apologia* serve como uma introdução aos diálogos, e, portanto, está muito longe de ser um “documento histórico”.

Seja como for, apesar dos procedimentos comuns à *Apologia* e às peças retóricas de defesa forense habituais, a verdade é que, para repetir desta vez o próprio Diès (*op. cit.*, p.411) “o fundo mesmo da *Apologia* escapa a todo paralelo e a toda classificação: é puro diálogo e puro drama platônico” .

Havelock (1983), por sua vez, também aposta na predominante ficcionalidade da *Apologia*: “A *Apologia* de Platão tem uma concepção que reproduz, na medida da reminiscência verbal, uma *Apologia* de Palamedes, composta por Górgias, talvez 20 anos antes. Do mesmo modo que Górgias, Platão usa as convenções do gênero para expor suas idéias”. Além disto “a escolha de Palamedes, inventor das artes do homem civilizado”, prossegue Havelock, “não é arbitrária”, se tivermos em mente que o paralelo através dele sugerido por Sócrates diz respeito a dois traços comuns entre o herói mitológico e o herói filosófico: a sua condenação injusta a partir de calúnias, seu perfil de sábio e sua fama de benfeitor da humanidade, traços reivindicados também pelo protagonista da *Apologia* (41b2) .

Havelock (*op. cit.* p.160) também identifica na *Apologia* outros elementos e expedientes denunciadores de uma peça forense com propósitos muito mais ficcionais que históricos:

Há, por exemplo, o exórdio convencional da *Apologia* de Platão – elaborado e auto-depreciativo, uma peça tão preparada de antemão e formal como qualquer coisa dos sofistas e oradores. Há o artifício literário de permitir ao falante a improvável oportunidade de pronunciar 2 discursos extras, elevando-se em eloquência até um clímax de reflexão apaixonada; incluindo uma aparente profecia depois do evento, para o efeito de que sua morte será seguida de uma polêmica defesa de sua memória. Ou de novo, há a projeção do falante como benfeitor público, no papel de Palamedes ou como um performador de trabalhos, no papel de Hércules, ou como um herói aceitando a morte, no papel de Aquiles.

Em outra obra, Havelock reafirma essa sua concepção geral sobre a *Apologia*: “Platão foi um filósofo, não um historiador, e os standards que governam a composição literária de seus dias dava ampla latitude para a manipulação dramática de figuras históricas”. (HAVELOCK,1957,p.159)

David Bouvier (2000, p.432) também não tem dúvida sobre o status ficcional da *Apologia*: “Inútil lembrar que a *Apologia* é uma reconstituição fictícia e orientada do

discurso realmente pronunciado por Sócrates: uma interpretação platônica do processo de 399 e não um documento histórico confiável”.

Esse autor salienta a identidade perfeita entre a acusação a Sócrates no Tribunal e a veiculada nas *Nuvenis*, comparando a *Apologia* 18b7, 19b5 com *Nuvenis* 266, 360, 416 e a *Apologia* 18 b8, 19b5 com *Nuvenis* 112-5.

Acrescenta Bouvier que “certos argumentos desse discurso , dito menor, que é a *Apologia*, anunciam perfeitamente o programa crítico que Platão desenvolve no resto de sua obra contra a poesia”.

Nesse sentido, esse autor aponta a insistência do Sócrates da *Apologia* em assinalar o efeito perverso da comédia sobre a alma das crianças (18 b5), numa prolepse da retomada do tema em *República*, 377b11⁹.

Sem dúvida, Sócrates quis recuperar para ele mesmo a arma do riso e da ironia.

Quanto aos demais argumentos de Kahn que alinhamos, aqui sim, como num arrazoado forense, são todos ligados à idéia básica de que, sendo o julgamento de Sócrates um fato histórico, um escrito sobre esse fato teria de ter a natureza de um documento histórico, devido aos “*constrangimentos externos*” que limitariam a imaginação do autor, no caso, testemunha ocular do ocorrido¹⁰.

Ora, nada limita a imaginação de um autor disposto a ficcionalizar, a não ser a relativamente frágil e movediça barreira da verossimilhança¹¹.

Esse argumento de Kahn, levado às últimas consequências, equivale pouco mais ou menos, à interdição da possibilidade do próprio romance histórico, que, como se sabe, tematiza eventos reais, mas com bastante liberdade do escritor para retratar seus personagens, suas ações, motivações, caracteres e pensamentos.

Para recorrer a um exemplo meio óbvio, mas também do século V a.C., Ésquilo encenou, em 472, uma peça denominada “*Os Persas*”, cujo pano de fundo eram eventos das guerras médicas, em que, como é notório, o próprio Ésquilo tinha participado como

9 Sobre a presença de crianças nas representações cômicas , ver Aristófanes em *Nuvenis*, 537-539.

10 Kahn parece com isso pensar que de duas, uma: ou o escrito de Platão está na forma dialogada típica e por isso é ficção, ou está vazada em forma diferente dessa , e não tem direito a tal título: tertium non datur.

11 E no caso do gênero sokratikóí logóí, esse limite do verossímil é o mais tênue entre os gêneros antigos, como se explicará adiante.

hoplita¹², e, nem por isso, se duvida da ficcionalidade da trama dramática levada à cena.

Outro exemplo, no mesmo sentido, e da mesma época, nos vem de uma peça do tragediógrafo Frínico, que dramatizou e exibiu, em 492 a. C., o doloroso episódio, para os atenienses, do massacre pelos persas de uma cidade aliada – Mileto, na Jônia -, atacada pelas forças de Dario em 494 a. C., não obstante a fracassada tentativa de sua defesa por Atenas.

Nesse caso, foi justamente o excesso “documentarista” do autor, e a escolha de um tema ainda tabu pela proximidade temporal, que o levou à desgraça, já que parece ter pintado o ocorrido com cores demasiado reais, e, dessa forma, ao violar as normas do gênero trágico, que exige certo distanciamento entre espectador e fatos narrados, causou tamanha comoção popular que tudo terminou numa depredação furiosa do teatro, e em pesada multa para o autor, além da proibição de encenar novamente a peça (LESKY, 1995, p.260).

Veja-se, então, como podia ser perigoso na Grécia fazer documentário onde se esperava ver ficção.

E, no diálogo socrático, gênero ficcional, como vimos, não é diferente: o que se espera é *mimesis*, não o relato fiel das ocorrências e uma *mimesis* de tipo encomiástico, próprio desses *sokratikoí lógoi*.

Assim, a *Apologia* não parece ser, literariamente, como propõe Kahn, um corpo estranho na obra platônica, nesse particular: ao contrário, é como se fosse talvez seu primeiro ensaio no gênero “conversas com Sócrates”, em que, pela própria natureza da situação retratada – uma defesa de um réu no tribunal – seria impossível reduzi-la por inteiro à forma dialogada.

E, em decorrência, desses exemplos e dessas considerações, os argumentos de Kahn (2), (3), (4), (5) e a 1ª parte de (7), segundo os quais a narração de um evento real (o julgamento de Sócrates) presenciado pelo narrador e por outras pessoas exclui a possibilidade de ficcionalização, devem ser, no mínimo, relativizados.

Do mesmo modo, a primeira parte do argumento 6 merece ser posta em dúvida, pelo menos quanto à ‘necessidade’ de Platão “apresentar um retrato de Sócrates na corte que pudesse ser reconhecido como autêntico”, pelo fato mesmo do predominante caráter ficcional da *Apologia*, caráter que, a nosso ver, compartilha no essencial com

12 Portanto, a posição de Ésquilo em relação à guerra de que participou é a mesma de Platão em relação ao julgamento a que assistiu.

qualquer diálogo socrático, e onde, portanto, não se poderia falar de autenticidade, mas de verossimilhança (ou seja, um mínimo de referencialidade).

Já a segunda parte do argumento (6) nos parece afirmar algo não só verossímil, mas até verdadeiro – o objetivo de Platão de honrar a memória do mestre e de tentar mostrar ao mundo a injustiça da condenação -, mas não há conexão causal necessária entre esse objetivo e a obrigatoriedade de apresentar um retrato socrático “autêntico”, como exige a primeira parte do argumento.

O contrário é que parece mais razoável; então, não se poderia louvar (talvez até melhor) alguém através da ficção?

Quanto à 2ª parte do argumento (7) e ao argumento (8), que dizem respeito à hipótese de o provável pensamento do Sócrates histórico ter sido mais genuinamente expresso na *Apologia* que em qualquer outro testemunho sobre o filósofo, esses nos parecem bem plausíveis.

Mas sua plausibilidade não nos parece decorrer da suposta natureza documental da *Apologia*, mas antes de uma razão de ordem ficcional: trata-se da apresentação, por Platão, do personagem Sócrates aos leitores.

E, tratando-se de um personagem baseado ou inspirado na figura histórica de Sócrates, é natural que reúna, nessa apresentação ficcional, um número de traços maior e talvez mais próximos do original, para torná-lo reconhecível.

Mas, isso não quer dizer que tudo o que o personagem Sócrates diz ali seja a reprodução fiel de sua visão de mundo, nem que o inteiro teor do discurso do personagem confira com o que ele pudesse ter dito ou feito no tribunal, nem, muito menos, que os elementos narrativos de sua elocução sejam todos verídicos.

Por outro lado, ocorre que não é difícil apontar incoerências e contradições entre o Sócrates da *Apologia* e o Sócrates de outros diálogos.

Como identificaremos, em cada um desses casos, qual o relato ou opinião de Sócrates realmente pertencentes à figura histórica?

A se apelar para o critério de Kahn, a *Apologia* sempre prevalecerá na sua qualidade de “*quase documento histórico*”.

Entretanto, cotejando duas passagens bem conhecidas de dois diálogos diferentes, mas de idêntica temática - o envolvimento ou não de Sócrates com as teorias cosmológicas em voga em Atenas até o último terço do século V -, verifica-se uma contradição em que a versão mais verossímil não parece ser a da *Apologia*. Vejamos as passagens. Na primeira delas – a da *Apologia* (19c8-d6)-, Sócrates é categórico:

(...) não desejo menoscar tais conhecimentos (os cosmológicos), se é que os possui alguém – não será desse crime que me há de processar Meleto -, mas a verdade é que não tenho deles, atenienses, a mais vaga noção. Invoco o testemunho da maioria de vós mesmos, pedindo que vos informeis mutuamente e digam aqueles que alguma vez ouviram minhas conversas – há muitos deles entre vós. Dizei-o, pois, mutuamente para ver se algum de vós me ouviu alguma vez discorrer, por pouco que fosse, sobre tais assuntos

Mas, como compatibilizar essa negação peremptória do Sócrates da *Apologia* com a admissão franca desse mesmo Sócrates de Platão, numa extensa passagem de outro diálogo (*Fédon*, 96 a- 99d), de ter-se, sim, ocupado e muito desses temas na juventude? Eis um trecho:

O fato, Cebes, é que *quando eu era moço sentia-me tomado pelo desejo irresistível de adquirir esse conhecimento a que dão o nome de investigação da natureza*. Eu pensava ser magnífico conhecer a causa de tudo, o porquê do nascimento e morte de cada coisa, e a razão de existirem. *Muitas vezes eu me alvorocava, pesquisando sobre tais questões...* (grifos nossos)

E, ademais, como compatibilizar a negação socrática da prática de investigação cosmológica da *Apologia* com a imagem de Sócrates fornecida por Aristófanes, que valoriza justamente esse aspecto? E como poderia Aristófanes, um brilhante representante da comédia política, se arriscar a quebrar as regras do gênero em que foi mestre, retratando uma caricatura que não tivesse forte vínculo com seu objeto real para ser inteligível?

Ficaria, então, por responder por que, na *Apologia*, Sócrates teria dado uma avaliação inexata de seu passado intelectual.

Alguém poderia sugerir que, na conjuntura de ter de rebater acusações injustas, no calor da retórica defensiva, Sócrates pudesse ter omitido esse “detalhe”, que, em tese, poderia ser prejudicial à sua defesa.

Mas, por outro lado, por que faria isso alguém desde sempre tão comprometido com a verdade, tão corajoso diante da morte e tão cioso da coerência entre o pensar, o dizer e o agir na vida humana, a ponto de converter a busca de tal coerência na Polis no móvel de sua “missão”?

Essa contradição entre o que diz Sócrates na *Apologia* e o que diz em outros diálogos, como na questão do passado de fisiólogo, parecem mostrar que Platão tenta em obras posteriores uma desconstrução de muito do que é afirmado na *Apologia*, como

se estivesse a implicar a natureza fundamentalmente ficcional desse provável primeiro diálogo.

Além disso, o tom de seu discurso na *Apologia* não é de modo algum defensivo, mas, ao invés, protréptico e até acusatório de seu juízes e acusadores quanto à insinceridade da acusação, bem como de sua concepção inadequada do papel de um verdadeiro juiz, sobre a incoerência de suas vidas, e sua equivocada visão de mundo (*Apologia*, 35 b9-d). A contradição parece mesmo inescapável se nos aferrarmos a uma interpretação “documental” da *Apologia*.

Ainda a propósito desse passado de estudioso da “fisiologia”, sonhado pelo filósofo Sócrates na *Apologia*, Taylor (1932, p.77-79) considera que o Sócrates pedante, que seria uma caricatura inteligível em “*As Nuvens*”, talvez corresponda a um Sócrates que já gozava da reputação de sábio por ensinamentos privados, antes da consulta ao oráculo que o tornou em pesquisador público.

Sócrates, em seu relato na *Apologia* 22 e8-23 a2, dá a entender que a causa última das acusações caluniosas de antanho é exatamente uma conduta pública provocativa, e que, portanto, o oráculo estaria na origem de seu filosofar e, por consequência, de sua fama de sábio.

Mas, então, de onde viria a reputação de sábio anterior a essa, a que motivou a consulta ao oráculo, e que redundou na consagração divina de sua sapiência e que, em seu próprio relato, deu origem à “missão” de interrogar seus concidadãos, aplicando-lhes seu elenco, o que, em suma, deu origem ao Sócrates de Platão?

Evidentemente, só pode ser um determinado comportamento diferente daquele que só teria começado depois do oráculo e de sua missão pública.

O que seria?

É difícil pensar em outra coisa que não a acusação de investigar o sobre-humano e de ministrar um ensino “corruptor dos jovens”, retratado por Aristófanes.

No entanto, Sócrates diz (*Apologia*, 23d) que essa acusação é justamente o pretexto dos acusadores, dos que são desmoralizados pelo exame socrático, e que estariam, assim, repetindo as acusações antigas.

Em outro viés interpretativo, porém, pode-se sugerir que o Sócrates que fala na *Apologia*, embora, é claro, deva ter traços importantes do Sócrates histórico, em certos momentos, fala como Platão falaria, como no exemplo dessa negação absoluta de seu interesse cosmológico prévio.

Além disso, não se pode deixar de lembrar aqui que o episódio controverso do oráculo narrado por Sócrates, a ser abordado com detalhe no Capítulo III deste trabalho, é outro elemento de apoio à suspeita de uma *Apologia* ficcional.

Diz Stokes (1992, p.44), referindo-se ao passo 23 a5, em que Sócrates conclui sua interpretação do oráculo afirmando que a provável intenção do deus com seu oráculo foi usá-lo apenas como exemplo de que a sabedoria humana não tem valor, sendo mais sábio aquele que como Sócrates reconhece isso: “E que o oráculo, ao falar de Sócrates, está apenas usando seu nome como exemplo”. Exemplo, neste caso quer dizer paradigma e não mera instância.

Um exemplo pode ser simplesmente um de uma classe, singularizado por nenhuma razão especial, ou pode ser um paradigma, selecionado para mostrar algo.

E é bastante claro, para o autor, tanto pelo contexto como por considerações literárias gerais que, no entendimento de Sócrates, o deus queria indicá-lo como paradigma, não só como instância.

Assim, se um homem quer ser sábio, deve imitar Sócrates, um exemplo divinamente escolhido para mostrar algo à humanidade em geral.

Essa impressão de um “exemplo” antes de meramente um sentido de instanciação encontra apoio no tratamento literário grego em geral de eventos notáveis associados com a intervenção divina direta.

Manifestações divinas de conhecimento prévio, de vingança justa ou simplesmente de poder são tradicionalmente acompanhadas de alguma referência à humanidade em geral no contexto de um evento exemplar ou outra comunicação divina.

A referência a um exemplo e à “humanidade” no contexto da *Apologia* mostra a tradição literária em que a narrativa do Sócrates de Platão se situa.

O autor não é o único a sugerir que esta ideia de exemplo é extremamente importante para a explicação de Platão para a missão de Sócrates, conforme visto em: Coulter (1964) “The Relation of *Apology* of Sócrates to *Górgias*”, *Harvard Studies in Classical Philology*, 68:269-303. ”

É preciso notar também que a exigência de verossimilhança no retrato de um personagem histórico, imposição comum à comédia política, aos diálogos socráticos, à épica e à tragédia, se verifica e se aplica em cada um desses gêneros, de modo diferenciado, isto é, com maior ou menor rigidez.

No caso da tragédia, e muito mais ainda na épica, o fato de o herói se situar em passado remoto, torna a lenda em torno de sua figura mais passível de manipulação pelo

escritor, além de ser permitida e até desejável a alteração dos acontecimentos que pontuam sua trajetória, nisso consistindo a habilidade do poeta, que, embora adstrito ao mito, tem bastante liberdade em seu agenciamento, uma vez que é própria do mito sua natureza plástica.

O próprio fato de se tratar de eventos e pessoas distantes no tempo (e nem sempre reais) reforça essa plasticidade inerente ao mito, permitindo ao poeta muita margem de manobra em sua recriação, sendo um pouco mais frouxo, portanto, o laço de verossimilhança que o constrange.

Isso deriva também, talvez, da memória não tão precisa do público sobre as múltiplas variações das tramas lendárias e explica a razão de o poeta trágico usar cada vez mais o prólogo para refrescar essa memória, com informações que lhe convenha prestar para fixar a variante lendária selecionada por ele.

Assim, se não bastar o nome mitológico do herói para obter o reconhecimento do público da lenda em questão, esse pequeno expediente de usar o prólogo com tal fim, garante a referência, liberando a seguir o autor de um compromisso demasiado estrito com a verossimilhança em seus retratos poéticos.

No caso da comédia antiga ou política, entretanto, esse laço de verossimilhança é bem mais forte, dado que se trata aqui, pelo menos no que tange aos personagens da cena política e cultural de Atenas, de pessoas não só reais, mas contemporâneas da exibição da peça.

Na comédia, o que o poeta pretende é fazer uma paródia, uma caricatura dessas pessoas, distorcendo-as, deformando-as, o que o obriga a tornar as figuras resultantes o mais possível reconhecíveis para o público, que sabe muito sobre o referente delas.

Nesse ponto, a comédia política funciona com a “charge” política de nossos dias: o chargista não pode errar nos traços principais de seu alvo de humor ou se tornará incompreensível; cabe apenas distorcê-los.

Diversamente, o diálogo socrático tem o aspecto lendário inerente ao gênero, isto é, a tendência admitida e até esperada é no sentido da idealização do personagem central, o que no caso do Sócrates platônico implica ênfase em seu heroísmo, em sua habilidade argumentativa, sua firmeza moral, e seu caráter rebelde e antitradicionalista, no que entende com visão de mundo (seus paradoxos) e com aspectos pedagógicos.

A descrição platônica do filósofo, não só na *Apologia*, mas também no *Fédon*, *Banquete*, *Menon*, *Teeteto* e outros, beira o sublime: se houve algum homem “símile aos deuses” (fórmula homérica) esse alguém teria sido Sócrates .

E a lenda, como é natural, não apenas exagera qualidades de fato ostentadas pelo herói, como também tem a liberdade de acrescentar outras de que ele não é dotado, até mesmo qualidades supra-humanas.

Numa palavra: a lenda ou o mito tem licença para inventar bastante em relação a seus personagens, como o fazem, generosamente, a epopeia e, talvez em menor medida, a tragédia¹³.

Já a comédia política tem menos liberdade nesse particular, pois trabalha quase sempre com figuras públicas, contemporâneas e vivas, ou mortas muito recentemente, caso dos personagens Ésquilo e Eurípedes em “*Rãs*”, mortos no ano anterior à exibição da peça, e não com figuras míticas.

Um dos alvos prediletos de Aristófanes, o dirigente político Cleón (sucessor de Péricles) deixa imediatamente de figurar em suas comédias, tão logo morre.

E isso é compreensível: há um sentimento difuso de reverência aos mortos que tiraria muito da graça de eventuais paródias a seu respeito.

No caso do Sócrates de Platão, este continua a escrever sobre seu mestre até cinqüenta anos após sua morte e com evidente intenção (comum ao gênero “conversas com Sócrates”) de glorificar sua memória, como o melhor e mais sábio dos homens de seu tempo, ou seja, inscrevê-lo, de algum modo, no território do mito.

E, entronizado Sócrates como mito, as amarras da verossimilhança se afrouxam um pouco nas mãos de Platão quando da composição do seu protagonista.

Em suma, o que se quer dizer aqui é que, no que tange a seus personagens históricos representados, um maior grau de verossimilhança é exigível da comédia política e um grau comparativamente menor, dos diálogos socráticos.

13 A esse respeito diz Charles Griswold (2000, p.85-86) :“Os diálogos são claramente ficcionais em caráter.(p.85) Eles não são- não poderiam ser – transcrições de conversações que aconteceram.

Não somente alguns personagens são inteiramente ficcionais, mas mesmo “Sócrates” é uma versão ficcionalizada da figura histórica. Como consta da Carta II (314 b7-c4), a figura de Sócrates é jovem e idealizada, e, como se pode depreender da leitura, é apresentado como um super-homem, o que fica evidente no relato de Alcebiades sobre ele.

Por exemplo: cita de memória toda a “República” e o “Protágoras” , logo após o diálogo ter ocorrido.

Sócrates nunca mostra fadiga: não é hipócrata dizer que o Sócrates de Platão é heróico, comparado em certas passagens a Aquiles e Odisseu. A calma e auto-controle de Sócrates diante da morte ilustram também sua natureza super-humana.De modo geral, o intrincamento dos argumentos, a extrema precisão com que argumenta, a situação dramática, o desenrolar da conversação e a escolha dos interlocutores são entrelaçados e tudo isso nos lembra que esses diálogos existem apenas como escritos – como artefatos sob o controle de um grande gênio literário e filosófico”.

Assim, não faz muito sentido exigir, como Kahn, da *Apologia* de Sócrates, em relação a fatos e ditos de seu protagonista, o mesmo respeito à verossimilhança que se requer, nesse aspecto, da comédia antiga.

Numa palavra, é mais sensato esperar maior fidelidade ao retrato socrático esboçado em “*As Nuvens*”, pelo menos no plano superficial da caricatura, do que da imagem do filósofo constante da *Apologia*.

Ou seja, não é impossível que haja até maior número de traços do Sócrates histórico, embora distorcidos comicamente, no regente do pensatório, do que no herói da *Apologia*, sem prejuízo, é claro, da superior coerência e densidade filosófica deste último.

Para finalizar, vale repetir e assumir como nossas as palavras pirrônicas de Prior (*op. cit.* p.45): “Eu não espero demonstrar que a *Apologia* não é um documento histórico num sentido mais robusto que o já delineado; apenas espero levantar dúvidas na mente do leitor de força suficiente para levá-lo a uma suspensão de juízo sobre a questão”.

Bibliografia

Fontes primárias

ARISTÓFANES. **As Aves**. Tradução, Introdução notas e glossário de Adriane da Silva Duarte. S.Paulo, HUCITEC, 2000.

_____. **Les Guêpes**. Texte établi par Victor Coulon et traduit par Hilaire Van Daele. Paris, LES BELLES LETTRES, 2002.

_____. **As Rãs**. Prefácio, tradução do grego, introdução e notas de Américo da Costa Ramalho. Lisboa, EDIÇÕES 70, 1996.

_____. **Frogs, Assembly Women, Wealth**. Edited and Translated by Jeffrey Henderson. London, Harvard University Press, 2002.

_____. **Acarnians, Knights**. Edited and Translated by Jeffrey Henderson. Cambridge, Massachusetts, London, England. Harvard University Press, 1998.

_____. **Clouds, Wasps, Peace.** Edited and Translated by Jeffrey Henderson. Cambridge, Massachusetts, London, England. Harvard University Press, 2001

ARISTÓTELES. **Poética.** Edición Trilingüe por Valentín García Yebra. Madrid, Editorial Gredos, 1992.

ÉSQUILO. **Orestéia (3 volumes). Estudo e Tradução de JAA Torrano.** São Paulo, Editora Iluminuras, 2004.

PLATÃO. **Republic Books I-V.** With an english translation by Paul Shorey. Cambridge, Massachusetts, London, England. Harvard University Press, 1999.

_____. **Republic Books VI-X.** With na English translation by Paul Shorey. Cambridge Massachusetts, Harvard University Press, 1987.

_____. **Euthyphro, Apology, Crito, Phaedo, Phaedrus.** With na English translation by Harold N. Fowler. Cambridge, Massachusetts, London, England, Harvard University Press, 2001.

Fontes secundárias

BOWIE, E.L. Le Portrait de Socrates dans les Nuées d'Aristophane, in **Le Rire des Anciens, Actes du colloque international** (Université de Roen, École normale supérieure, 11-13 janvier 1995), Paris: Presses de L'École Normale Supérieure, 1998.

BOUVIER, D. Platon et les poètes comiques : peut-on rire de la mort de Socrates? In **Le Rire Des Grecs. Anthropologie du Rire em Grèce Ancienne.** Grenoble. Sous la direction de Marie-Laurence Desclos. Éditions Jérôme Millon, 2000.

BRICKHOUSE, T.C. and SMITH N. D. Socrates' Elenctic Mission, in William J. Prior(org.) **Socrates Critical Assessments, vol.I, The Socratic Problem and Socratic Ignorance.** London and N. York, Routledge, 1996.

CLAY, D. The Origins of the Socratic Dialogue, in Paul A. Vander Waerdt (org) **The Socratic Movement.** Ithaca and London, Cornell University Press, 1994.

DIÈS, A. **Autour de Platon.** Essai de Critique et d'Histoire. Paris, LES BELLES LETTRES, 1972.

GRISWOLD, C.L. Jr. Plato's Metaphilosophy: Why Plato Wrote Dialogues, in **Platonic Writings-Platonic Readings.** Edited by Charles L. Griswold Jr. University Park, Pennsylvania. The Pennsylvania State University Press, 1988.

VLASTOS, G. **Ironist and Moral Philosopher.** Ithaca, N.York, Cornell University Press, 1991.

HAVELOCK, E. **Prefácio a Platão.** Campinas, SP: Papyrus, 1996.

_____. The Socratic Problem: Some Second Thoughts, in **Essays in Ancient Greek Philosophy, volume two,** Edited by John P. Anton and Anthony Preuss. Albany: State of N. York Press, 1983.

JAEGER, W. **Paidéia. A formação do Homem Grego.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

KAHN, C.H. **Plato and the Socratic Dialogue. The philosophical Use of a Literary Form.** Cambridge, Cambridge University Press, 1996.

_____. Vlastos' Socrates, in William J. Prior(org.) **Socrates Critical Assessments, vol.I, The Socratic Problem and Socratic Ignorance.** London and N.York, Routledge, 1996.

STOKES, M. Socrates' Mission, in **Socratic Questions, The Philosophy of Socrates and Its Significance,** edited by Barry S. Gower and Michael C. Stokes. London, Routledge, 1992.

LEIBOWITZ, David. **The Ironic Defense of Socrates. Plato's Apology.** Cambridge: Cambridge University Press, 2010.



McCOY, M. **Platão e a Retórica de Filósofos e Sofistas.** São Paulo, Madras Editora Ltda., 2010.

PRIOR, W.J. “**The Historicity of Plato’s Apology**”. *Polis*. Vol. 18, Issues 1 and 2, 2001.

TAYLOR, A.E. **Socrates.** Toronto and N.York, Thomas Nelson&Sons LTD, first published 1932.

_____, “Irony in Platonic Dialogue”. **Philosophy and Literature**, nº 26, 2002, pp. 84-106.